

Marx e o marxismo crítico de Postone
Marx and the critical Marxism of Postone

Gentil Corazza¹

1. Introdução

O texto aborda a questão das fontes e da formação do pensamento de Marx, como uma teoria crítica do capitalismo, e retoma o debate de Postone entre o que denomina de “marxismo tradicional” e “marxismo crítico”. Destaca-se a importância da análise da formação histórica do pensamento de Marx, que se deu através da crítica da filosofia idealista alemã e do socialismo utópico francês, mas sobretudo a crítica da economia política, pois é nesse processo de análise crítica das fontes que ele vai elaborando seu próprio método de investigação.

É também importante analisar o debate entre diferentes interpretações do pensamento de Marx, pois o mesmo explicita os elementos constitutivos do marxismo e suas controvérsias históricas. A disputa pela verdadeira interpretação do pensamento de Marx começou ainda quando Marx estava elaborando O Capital e ele manifestou não ser um “marxista”. Muitos marxismos surgiram depois de Marx, mas aqui vamos tratar apenas de dois, os mais amplos. O marxismo tradicional explicita a visão de capitalismo definido por algumas variáveis fundamentais, como a propriedade privada dos meios de produção, a dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora, visando a exploração pela apropriação do excedente, a luta de classes como o motor da história. Como decorrência, um sistema pós-capitalista se definiria pela propriedade coletiva dos meios de produção, a substituição do mercado pelo planejamento, o fim da dominação de classe e da exploração do trabalho e emancipação da classe trabalhadora como sujeito histórico e classe universal.

Em contraposição, para o marxismo crítico, a principal forma de dominação no capitalismo é a dominação estrutural sistêmica, exercida pelo tempo do trabalho abstrato, origem, substância e medida do valor, objetivo e principal forma de riqueza da produção capitalista. É neste contexto que devem ser entendidas a questão da propriedade, a dominação e a luta de classes, a exploração e a emancipação do trabalho. Em consequência, uma sociedade pós-capitalista deve abolir a dominação e a coerção sistêmica do trabalho abstrato,

¹ Economista, professor titular da UFRGS.

o capital entendido como relação social e a produção de valor como principal forma da riqueza capitalista.

Visando atingir esses objetivos, além desta Introdução, o texto inclui, ainda, os seguintes tópicos: a trajetória intelectual de Marx, as fontes e formação do pensamento crítico de Marx, os marxismos depois de Marx, os traços do marxismo tradicional e o marxismo crítico de Postone.

2. Breve trajetória intelectual de Marx

Resgatar alguns traços da biografia e da trajetória intelectual de Marx é importante para se compreender a formação e as características essenciais de seu pensamento crítico, o qual se forma a partir da crítica de suas principais fontes. A relação de Marx com essas fontes, a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa, é sempre uma relação crítica, realizada mediante o emprego do seu método dialético, em seus três momentos: negação, conservação e superação do objeto de análise.

Marx nasceu em 5 de maio de 1818, na cidade de Trier, e morreu em Londres, em 14 de março de 1883. O pai de Marx, Heinrich, um advogado judeu, convertido ao protestantismo, era anti-monarquista, leitor dos filósofos iluministas e adepto de idéias liberais e democráticas, razão pela qual na casa de Marx reinava um ambiente de discussão em torno de teóricos iluministas e liberais, como Voltaire e Rousseau. Marx recebeu influências também de seu sogro, pai de Jenny, o barão Ludwig von Westphalen, leitor e adepto dos iluministas e socialistas franceses. Karl cresceu nessa encruzilhada efervescente de ideias políticas e de culturas conflitantes. Era luterano de um lar judaico numa cidade extremamente católica, sob forte repressão política da monarquia prussiana conservadora.

Em 1835, aos 17 anos, Marx ingressou na Universidade de Bonn, para estudar Direito mas, um ano depois, em 1836, mudou-se para a Universidade de Berlim para dar continuidade a seus estudos. Quando Marx chega em Berlim, mergulha no intenso debate, que ali se travava entre os discípulos de Hegel: de um lado, os hegelianos conservadores de direita, que defendiam a dimensão religiosa da filosofia hegeliana e do Estado monárquico prussiano e, do outro, os jovens hegelianos de esquerda, interessados em transformar a dialética de Hegel numa arma revolucionária contra o conservadorismo religioso e político da Alemanha de seu tempo. Marx se aproxima dos hegelianos de esquerda, sem deixar de estudar profundamente a própria filosofia idealista de Hegel e de fazer sua crítica. Em 1841,

Marx inscreveu-se na Universidade de Jena, onde doutorou-se com a tese *A diferença entre as filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro*. Nesta tese, além de criticar a filosofia idealista, discute a questão do determinismo de Demócrito e o espaço para o exercício da liberdade em Epicuro (Konder, 1999).

Marx pretendia seguir a vida acadêmica, mas teve seu caminho para a Universidade bloqueado, por causa de suas ideias e das restrições políticas. Em meados de 1842, dedica-se, então, ao jornalismo, escrevendo para a Gazeta Renana. Foi neste período, também, que Marx se encontrou com Engels pela primeira vez. Em seus artigos na Gazeta Renana, Marx analisa questões econômicas e sociais, como o avanço da propriedade privada sobre as terras coletivas e a situação dos vinhateiros do Mosela, prejudicados pela concorrência de outros Estados prussianos. Em março de 1843, Marx foi demitido e o jornal, fechado.

Marx busca refúgio em Paris, no final de 1843, onde colabora com a revista *Anais Franco-Alemães*. Publica dois textos: *Sobre a questão judaica* e *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. No primeiro, discute a dimensão social e política da religião e, no segundo, critica a teoria do Estado de Hegel. Neste número, Engels publica *Esboço de uma Crítica da Economia Política*, um dos primeiros textos de economia lidos por Marx.

Em Paris, centro das idéias e dos movimentos socialistas, Marx conhece Proudhon, Bakunin e a Liga dos Justos. Em 1845, é expulso de Paris e refugia-se em Bruxelas, onde escreve *A Sagrada Família*, uma crítica mordaz ao idealismo dos jovens hegelianos, *Teses sobre Feuerbach*, uma crítica de seu materialismo contemplativo, que valoriza mais a natureza do que a sociedade e a política (Konder, 1999), e coloca a semente genial de sua nova visão do mundo, a concepção materialista da história. Em *A Ideologia Alemã* é feita uma crítica da filosofia idealista alemã, como uma falsa ideia da realidade, e inicia a formulação da concepção materialista da história. Já na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, o objeto da crítica é a concepção de Estado e a lógica idealista de Hegel. Nessas quatro obras, Marx e Engels fazem um ajuste de contas com a consciência filosófica alemã. Em 1886, Engels escreve *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, onde faz uma reavaliação dessa crítica e reconhece uma espécie de dívida não saldada com Feuerbach, de quem ele e Marx receberam grande influência.

A crítica ao idealismo da esquerda hegeliana e ao materialismo de Feuerbach são a base de sua teoria dialética e materialista da história. À medida em que ia se envolvendo com

as questões econômicas e sociais, Marx foi progressivamente rompendo com a esquerda hegeliana e amadurecendo seu pensamento crítico. Foi também durante seu exílio em Bruxelas que Marx aprofundou seu conhecimento sobre a Economia Política. A relação crítica com o socialismo avançou, em 1847, quando escreveu *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. Embora já houvesse abordado questões econômicas, anteriormente, este foi o primeiro texto específico de Marx sobre economia política, o qual trata de categorias econômicas, aborda a questão metodológica e a natureza histórica do capitalismo.

Em 1847, Marx e Engels se integraram à Liga dos Justos, depois transformada em Liga dos Comunistas, cujo *slogan*, “todos os homens são irmãos”, passou a ser “trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos”. No primeiro Congresso da Liga dos Comunistas, Marx e Engels foram encarregados de escrever o *Manifesto do Partido Comunista*.

Como consequência de suas lutas políticas, Marx foi expulso de Bruxelas. Retornou, então, à Colônia, onde passou a editar juntamente com Engels a revista Nova Gazeta Renana: órgão da democracia. Em maio de 1848, Marx é expulso da Alemanha e decide, então, exilar-se em Londres, onde chega com a família, no verão de 1849, com 31 anos, sem dúvida o melhor lugar para ele fazer sua crítica da Economia Política. Foi o que ele fez nos 34 anos seguintes, até sua morte. Elaborar a *Crítica da Economia Política* era seu objetivo maior, mas sem abandonar a organização e a luta política por uma nova sociedade.

Enquanto a crise e a revolução não chegavam, Marx procurava acompanhar os acontecimentos políticos na Europa e escrever sobre economia política. São deste período as seguintes obras: *Trabalho Assalariado e Capital*, resultado de uma série de palestras na Liga dos Trabalhadores alemães, *As Lutas de Classes na França* e o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, dentre outros. Entre agosto de 1857 e maio 1858, Marx elabora também os *Grundrisse*, um esboço de *O Capital*, que, em certo sentido, têm uma perspectiva mais ampla sobre o sistema capitalista que o próprio Capital. Em 1859, é publicada *Para a Crítica da Economia Política*. Faltava sua obra maior, *O Capital*, um projeto longamente prometido e sempre adiado. Efetivamente, o livro I de *O Capital* só foi publicado, em 1867. Os livros II e III foram organizados e publicados por Engels, respectivamente, em 1885 e 1894. Entre 1862 e 1863 Marx escreveu *Teorias do mais-valor*, uma história crítica do pensamento econômico, que deveria se constituir no livro IV de *O Capital*, mas que só foi publicado, no início do

século XX por Kautsky. Há também um escrito intitulado *O Capítulo VI Inédito de O Capital*, destinado a ser o sexto capítulo do primeiro livro, segundo indicação de Marx, mas que só veio a ser publicado em 1933.

Os *Grundrisse* e *O Capital* representam o pensamento maduro de Marx, cuja análise da estrutura e dinâmica do capitalismo são analisadas a partir de uma nova perspectiva sistêmica de dominação do capital sobre a sociedade e sobre as classes que a compõem. Poder-se-ia dizer que este pensamento maduro de Marx inaugura uma nova fase, com seus aspectos de continuidade e de ruptura, como se verá logo adiante.

Um olhar retrospectivo dessa trajetória intelectual permite visualizar a gênese e a evolução do pensamento crítico de Marx. Para alguns autores há uma ruptura nessa evolução, entre o pensamento do jovem Marx e o seu pensamento maduro. Outros (Beck, 2011) dividem essa evolução em diversas fases. Ambos os procedimentos pouco ajudam a compreender a evolução desta trajetória intelectual se não for analisada de acordo com o próprio método dialético de Marx. A construção de seu pensamento já é resultado do uso do próprio método crítico e sua evolução consiste numa processo de permanente negação, conservação e superação. É o emprego deste mesmo método que permite a Marx construir seu pensamento crítico bebendo nas três fontes que lhe dão origem e o alimentam ao longo de sua trajetória intelectual.

2.2. Fontes e formação do pensamento crítico de Marx

Marx forma seu pensamento crítico a partir da análise e incorporação crítica de três fontes originais: a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa. Analisar a forma crítica e dialética como Marx incorpora essas ideias é importante para se conhecer a própria formação do método de Marx, caminho essencial para formar seu pensamento crítico. Este tópico aborda de forma breve a relação de Marx com a filosofia idealista e com o socialismo utópico e de forma mais abrangente a crítica da Economia Política pela sua maior pertinência ao restante ao debate sobre os marxismos realizado no final do texto.

- crítica da filosofia idealista alemã

A crítica de Marx à filosofia idealista alemã abrange tanto o sistema filosófico de Hegel como as posições de seus discípulos, os conservadores de direita, que atribuíam um

sentido religioso à visão histórica hegeliana, e os jovens hegelianos de esquerda, que viam no método dialético um instrumento da luta pelas mudanças históricas. A crítica direta de Marx a Hegel é feita na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, (Marx, 2013) cujo objeto principal é a teoria do Estado e do sistema jurídico. Já a crítica aos herdeiros do pensamento hegeliano é feita na *Ideologia Alemã*, na *Sagrada Família*, nas *Teses sobre Feuerbach*, e no texto tardio de Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

Entender a dialética conceitual de Hegel e sua visão da história é fundamental para entender a crítica de Marx. Mas, para entender Hegel e o idealismo filosófico alemão, é necessário voltar à questão do conhecimento de Hume e de Kant, uma questão epistemológica, que em Hegel e Marx vai assumir uma dimensão ontológica. Uma das questões centrais da filosofia de Kant e do idealismo alemão, antes de Hegel, era a relação sujeito-objeto do conhecimento, uma questão já colocada por David Hume, que Kant tentou resolver. Para Hume, como para o empirismo em geral, todo conhecimento se origina de experiências empíricas particulares. A razão é como um papel em branco, que registra as impressões sensitivas vindas do mundo exterior, de modo que o sujeito do conhecimento tenha papel totalmente passivo no processo do conhecimento. Para Kant, ao contrário, a razão não é um papel em branco, vazia de conteúdo, nem passiva, que apenas registra as impressões dos sentidos vindas do mundo exterior, mas atua ativamente no processo do conhecimento, através das “categorias transcendentais do entendimento”. Tais categorias não se formam a partir da experiência, pois são *a priori*, quer dizer, inerentes e inatas ao entendimento. O sujeito racional tem papel ativo fundamental, ordenando o mundo empírico caótico e comandando o processo do conhecimento, pois as categorias lógicas do entendimento permitem ir além dos conhecimentos empíricos particulares e atingir um conhecimento racional de validade universal. No entanto, para Kant, através das categorias racionais *a priori*, o sujeito só pode conhecer as coisas em sua aparência fenomênica e não as coisas “em si” mesmas, na sua essência, que permanece inacessível ao entendimento da razão.

Hegel resolve o que diz ser o falso problema da dualidade sujeito-objeto, a partir de dois princípios fundamentais: a identidade entre sujeito e objeto, como afirmara Parmênides, “pensar e ser é a mesma coisa”, e a precedência do pensar sobre o ser ou do sujeito sobre o objeto. O sujeito ou o pensamento é igual ao ser, objeto, porque ele cria, é o demiurgo do ser, da realidade objetiva. As categorias do conhecimento não são nem *a priori*, nem decorrem da

elaboração da razão humana, mas representam formas de ser do próprio objeto. Por consequência, a lógica é também uma ontologia, pois as categorias lógicas não são categorias do pensamento puro, como pretendia Kant, mas estruturas da própria realidade, são a própria realidade tornada consciente de si mesma no pensamento humano. A dialética é a forma de proceder do pensamento e também do ser. A dialética idealista de Hegel é uma dialética do conceito, um conceito lógico, absoluto, o puro ser, indeterminado, não referenciado a nada, por isso absoluto. Chega-se a ele, o puro ser, por meio da abstração. A partir do puro ser chega-se ao nada. Da relação contraditória entre ser e nada, infere-se um terceiro conceito que é o devir (Pertille, 2013), unidade do ser e do nada. A contradição instaura o movimento da dialética. O que importa é o movimento da passagem entre o ser, que deixa de ser, e o não-ser que vem a ser. A partir das categorias: ser, nada, devir, Hegel deduz todas as demais categorias de seu sistema filosófico idealista. A dialética hegeliana é uma dialética da razão, que cria a realidade.

Neste sistema dialético idealista, Hegel entende a história como um processo de desenvolvimento do Espírito absoluto, o *Geist*, que antecede a Natureza e a cria como sua negação. O Espírito absoluto nega-se, aliena-se na Natureza, negação que é a criação do seu oposto e a história humana é o resultado desse desenvolvimento dialético através do qual a Ideia ou o Espírito retornam a si, recuperam a consciência plena de si através do sistema filosófico hegeliano. A história do mundo é o desenvolvimento progressivo de uma racionalidade que coincide com a realidade, o Espírito Absoluto, a Ideia, a Razão, Deus, que se exprime inconscientemente na natureza e conscientemente na evolução da história humana, pois a Razão universal exprime a estrutura efetiva do mundo real.

A crítica de Marx começa pela análise da relação sujeito-objeto, pensamento e ser, ou seja, pela análise das categorias do conhecimento. Na perspectiva ontológica marxiana, sujeito e objeto não são nem idênticos nem totalmente diferentes, mas formam uma unidade a partir da *praxis* do trabalho que produz um e outro. Sujeito e objeto são diferentes, mas relacionados pela *praxis* humana e não pela atividade especulativa. É pelo conceito de *praxis* humana, que Marx supera tanto o problema de Kant, da separação do sujeito e da “coisa-em-si”, incognoscível, quanto a identificação de Hegel entre sujeito e objeto. Para Marx, a relação sujeito-objeto é uma relação ativa da *práxis*.

A crítica de Marx à dialética idealista de Hegel se vale da crítica de Feuerbach que afirma ser Deus uma projeção do homem, é a essência humana, a perfeição que o homem deseja ser. A religião representa a alienação do homem em Deus. Não foi Deus que criou o homem, mas o contrário, foi o homem que criou Deus. O homem está alienado na fantasia de Deus. O efeito da crítica materialista de Feuerbach foi devastador. De um só golpe ele quebra o encantamento religioso, supera o idealismo e afirma o materialismo.

A influência de Feuerbach sobre Marx também foi enorme. No entanto, para Marx, ele jogou tudo pelos ares, inclusive a contradição. Deu um golpe mortal no idealismo de seu mestre, mas não conseguiu superá-lo. Hegel não estava morto, pois a crítica de Feuerbach permanecia abstrata, assim como sua ideia de Natureza e de Homem. Ele não soube encontrar o caminho da abstração para a realidade. Ao criticar o idealismo de Hegel, abandona uma contribuição central do hegelianismo, que é a natureza histórica das formas de entender a realidade e a própria dialética através da qual se desenvolve o pensamento. Feuerbach tentou o caminho do materialismo, mas seu problema, diz Marx, é que, quando ele se diz materialista, esquece a história e, quando incorpora a história, não é materialista. Por isso, o resultado foi um materialismo contemplativo, que não entende o processo do conhecimento como uma atividade prática e sim como simples contemplação da realidade.

Em 1820, Hegel publica *Princípios da Filosofia do Direito*, onde afirma a supremacia ontológica do Estado em relação à sociedade civil. O Estado é “a realidade em ato da ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada”, a “Ideia real, o Espírito, que se divide ele mesmo nas duas esferas ideais de seu conceito, a família e a sociedade civil” (Hegel, 2000). Enquanto realização da ideia moral, encarnação do Espírito objetivo, o Estado é uma espécie de síntese final do seu sistema filosófico, onde o racional se reconcilia com o real. Marx inicia sua crítica ao Estado hegeliano, ainda em 1841, em sua tese de doutorado. Avança em 1842, na Gazeta Renana, quando escreve sobre a *Liberdade de imprensa* e a democracia e defende a superação da monarquia prussiana. Formaliza a ruptura com Hegel, em 1843, na sua *Crítica da filosofia do direito*. A crítica se completa com a *A ideologia Alemã*, em 1845, onde ele e Engels formulam a teoria materialista da história e fazem um acerto de contas com a filosofia alemã de seu tempo. A esquerda hegeliana também criticava o Estado prussiano existente, que não podia confundir-se com o Estado racional, e por isso devia ser substituído por um Estado de conteúdo humanista, que tivesse um papel

emancipador. Os jovens hegelianos permaneciam idealistas, pois acreditavam poder atingir seu objetivo pelo debate de ideias, pela prática jornalística e pela propaganda. Já a crítica de Marx ataca a natureza do Estado hegeliano, afirmando que a família e a sociedade civil são o fundamento real do Estado e não o inverso, como propunha Hegel. Em suas críticas, na Gazeta Renana, Marx confronta a filosofia do direito de Hegel com a prática real do Estado prussiano, que atuava em favor dos interesses particulares dos novos proprietários das terras comunais.

A Crítica da filosofia do direito de Hegel (Marx, 2013) representava um passo decisivo em direção ao materialismo histórico, que é aprofundado em *A Ideologia alemã*. Para Marx e Engels, o idealismo alemão era uma ideologia, uma falsa representação da realidade e uma compreensão distorcida da história humana. Marx e Engels pretendiam desmascarar esses filósofos, pretensos revolucionários, que nada mais faziam se não reproduzir as representações da burguesia alemã (Marx e Engels, 1986). Para eles, a ciência da história não trata da história das ideias, mas da história real e concreta da sociedade. O primeiro ato histórico do homem não foi o pensamento, mas o ato de produzir seus próprios meios de vida e, assim como produzem os meios de vida, produzem a si mesmos e suas representações, que são condicionadas pela produção dos meios materiais da vida. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. A ideologia alemã desce do céu à terra, enquanto Marx e Engels propõem subir da terra ao céu. Não se parte daquilo que os homens pensam e dizem para se chegar ao que eles são em carne e osso, mas de sua situação real, para se saber o que pensam e dizem. Os ideólogos alemães continuam pensando que as ideias e os conceitos dominam os homens e o mundo, que o mistério do mundo real são os pensamentos. Eles vivem na ilusão de que o mundo real é dominado pelo mundo ideal e que seu pensamento crítico tem a força suficiente para mudar a realidade.

Marx expressa a ruptura com a filosofia idealista de Hegel, especialmente com sua teoria do Estado, e com toda a esquerda idealista, quando afirma em *Para a crítica da economia política*, (Marx, 1980) que sua longa investigação havia chegado à conclusão de que as relações jurídicas e as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano, mas assentam nas condições materiais de vida. O caminho da crítica estava traçado: o Estado tem suas raízes na sociedade civil e “a anatomia da sociedade civil deve ser buscada na Economia Política”.

Em *O Capital*, Marx retoma a ideia de um sujeito histórico abordado por Hegel em *Ciência da Lógica*. No sistema hegeliano, o *Geist* é o sujeito histórico que se desenvolve a partir de suas contradições internas. Em *O Capital* de Marx, também, o capital atua como um sujeito histórico, que se desenvolve dialeticamente através das contradições sociais, que o constituem. A analogia entre o conceito de Capital de Marx e o conceito de *Geist* de Hegel é muito forte, mesmo considerando a natureza social do capital e o caráter ideal do *Geist*. Em sua obra máxima, Marx (1980) afirma que o valor, ao passar constantemente de uma forma à outra, sem se perder nesse movimento, se transforma no sujeito automático do processo. O valor se torna o sujeito de um processo em que, mediante sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro ora como mercadoria, altera sua própria grandeza ao valorizar a si mesmo. O movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento. Sua valorização é, portanto, autovalorização. O valor se apresenta como uma substância em processo, que move a si mesma através das mercadorias e do dinheiro, que não passam de meras formas do sujeito capital.

Como se observa, o capital é a substância, sujeito em processo, estrutura das relações sociais constituídas pela prática, mas o capital aqui não pode ser entendido como algo físico, os meios de produção, nem como a propriedade privada ou a dominação de classe, mas como uma relação social invertida entre sujeito e objeto. O capital é o verdadeiro sujeito do processo histórico. O sujeito de Marx como o de Hegel é um sujeito abstrato e não um ator social concreto, seja ele indivíduo ou classe social. O *Geist* de Hegel e o Capital de Marx se desenvolvem, no tempo, de forma independente da vontade dos sujeitos concretos. Ambos se movem por uma lógica dialética interna, seja do Espírito, seja das relações sociais alienadas. A diferença é que a autorrealização do sujeito de Hegel representa o fim da história, enquanto o sujeito de Marx se supera dialeticamente e a história não termina, pois o fim do capitalismo não é o fim, mas o começo da história humana.

- crítica do socialismo utópico francês

A crítica de Marx e Engels ao socialismo utópico francês e aos demais socialismos europeus envolve a natureza, os objetivos e os meios de realização de uma sociedade pós-capitalista. Os primeiros contatos de Marx com o socialismo francês se deram ainda em Trier. Marx também lia autores socialistas. A análise dos problemas econômicos e sociais, quando trabalhava na Gazeta Renana, abriram o caminho ao socialismo. Além de Saint-Simon, Marx

conhecia também outros autores socialistas, como Fourier e especialmente Proudhon, principal alvo de suas críticas. A crítica de Marx aos diferentes socialismos foi exigindo dele um progressivo conhecimento da economia política, que lhe oferecia os conceitos para a compreensão e crítica do capitalismo e a definição do socialismo. Ao mesmo tempo, seu envolvimento com o socialismo e com a economia política evidenciaram a relevância das condições materiais da vida e alimentaram sua crítica à filosofia idealista de Hegel. Marx criticava a fragilidade teórica dos autores socialistas, sua má compreensão da economia política, da natureza do capitalismo e da dialética hegeliana, como foi o caso de Proudhon, que escrevia sobre ambas sem entender nem de uma nem de outra. O texto de Engels (1978), *Princípios básicos do comunismo*, talvez tenha sido a primeira tentativa de sistematização e crítica dos movimentos socialistas. Redigido na forma de perguntas e respostas, serviu de base para a redação do *Manifesto do partido comunista*. (Marx e Engels, 1998). Em 1877, no final da vida, Engels (1980) faz uma avaliação conclusiva sobre a natureza e a perspectiva do socialismo, no seu texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Marx e Engels distinguem ao menos três tipos de socialismo: o reacionário, que se volta nostalgicamente para o passado pré-capitalista, o conservador, que quer reformar o presente capitalista, e o utópico, que sonha com uma futura sociedade socialista de contornos indefinidos.

Em síntese, pode-se dizer que a importância dos movimentos socialistas reside mais nos problemas que evocam do que nas análises que fazem desses problemas e nas soluções que propõem. Eles se voltam mais para o passado do que para o futuro e tem uma má compreensão da situação que vivem no presente capitalista. A crítica de Marx e Engels realça a fragilidade teórica das análises e das suas propostas de socialismo.

- crítica da economia política inglesa

O esboço da crítica da Economia Política (EP), que fazemos aqui, tal como foi feito em relação à filosofia idealista alemã e ao socialismo utópico francês, busca também explicitar os fundamentos da visão do “marxismo crítico” de Postone apresentado na parte final do texto. Com efeito, a crítica da EP de Marx procura desvendar a “anatomia da sociedade civil burguesa”, pois é nela que se encontra a explicação e a base material do Estado e das instituições jurídicas e políticas. Para conhecer a anatomia desta sociedade e descobrir sua natureza interna, é preciso ir além de suas aparências, dissecar suas entranhas e descobrir seus segredos ocultos.

É provável que os primeiros contados de Marx com a EP tenham se dado através do estudo de Hegel (Schäffer, 2011; Müller, 2011). A necessidade de aprofundar os estudos de EP veio, depois, com a análise dos problemas sociais e a leitura de autores socialistas. Mas um estudo mais rigoroso e sistemático da EP só começou em Paris, quando Marx leu o texto de Engels, *Esboço para uma crítica da Economia Política* e publicou os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Aprofundou seus conhecimentos ao fazer a crítica a Proudhon. A crítica final da EP só veio a realizar-se em *O Capital*.

Marx começa sua crítica pelo estudo minucioso e sistemático do acervo considerável de conhecimentos dos economistas clássicos, Smith e Ricardo, que haviam descoberto um conjunto de leis de funcionamento da economia e criado suas categorias básicas, como mercadoria, teoria do valor-trabalho, valor de troca, capital, salário, lucro, renda da terra, as quais permitiam um razoável conhecimento de como funcionava e se comportava o sistema capitalista. Todas essas categorias da EP passam por uma severa crítica feita por Marx.

Para Marx, o discurso da EP era um discurso fetichista e mistificador, que apenas traduzia as aparências do sistema, deixando de explicar a natureza profunda da economia e da sociedade capitalista. A EP analisa como se produz dentro das relações capitalistas e não como se produz a própria relação capitalista. Ela explica como funciona o capital, mas não explica o que é o capital, como ele se formou, sua gênese e sua evolução histórica. A EP naturalizou e eternizou o que é histórico e transitório, o capital e as relações capitalistas de produção. Presos às aparências das coisas, os economistas clássicos não perceberam que a suposta economia natural está completamente subordinada às determinações do capital e de suas leis de valorização. Para a EP o capitalismo visa produzir valores de uso e não valor, riqueza abstrata, mais-valor para valorizar o capital. A EP não questiona suas categorias de análise. Toma-as como um dado e não como um problema a ser elucidado. Ela as considera como categorias naturais e eternas e não históricas. Tudo o que a EP toma como pressuposto, como um dado da realidade, Marx questiona e procura elucidar (Napoleoni, 1981).

A crítica de Marx consiste, antes de tudo, em romper as aparências do discurso clássico para mostrar a natureza oculta do capital, o mais-valor e o segredo da acumulação capitalista. O núcleo central e o fio condutor da crítica é a especificidade histórica do trabalho no capitalismo (Postone, 2014). É a partir da crítica do conceito de trabalho dos economistas clássicos, que Marx faz a crítica das demais categorias da EP, ressaltando seu caráter histórico

específico no contexto capitalista. O método de Marx é o próprio método dialético, em seus três movimentos, negar, conservar e superar, ou seja, a partir de uma imersão crítica nos conceitos da EP, analisa sua gênese lógica e os reconstrói com um conteúdo renovado e enriquecido. A EP naturaliza o capital e as relações sociais capitalistas e Marx quer mostrar a gênese e a natureza histórica do capital e das demais categorias econômicas.

O capital, para Marx, é antes de tudo uma relação social de dominação dos meios de produção, apropriados pela classe capitalista, sobre os trabalhadores diretos, despossuídos de seus meios de trabalho. O capital significa que os meios de produção utilizam os trabalhadores para produzir valor e valorizar o capital e não que os trabalhadores se valem desses meios de produção para produzir seu sustento. O capital, como valor que se valoriza, expressa a relação invertida entre trabalho e meios de trabalho, a dominação dos meios de trabalho sobre os próprios trabalhadores. Neste sentido, os meios de produção poderiam ser propriedade coletiva ou estatal e, mesmo assim, continuar sendo capital e exercer sua dominação sobre o trabalho.

A crítica do conceito de trabalho significa que, em condições capitalistas, o trabalho não é trabalho natural, mas uma forma histórica específica de trabalho, trabalho assalariado, uma forma de trabalho alienado, porque o trabalhador não só não controla o processo e o produto do seu trabalho, como também só recebe uma parte do que produziu com seu trabalho. No capitalismo, alienado é o trabalhador, que se projeta, se nega e se perde no produto de seu trabalho. O trabalhador se aliena ao ser dominado pelo produto de seu próprio trabalho, como “algo estranho, como um poder independente”. O conceito de trabalho alienado no capitalismo consiste em que ele não é o sujeito da produção, mas um simples meio para produzir valor e valorizar o capital. Por isso, a crítica de Marx à EP visa promover a desalienação e a emancipação do trabalhador dominado pelas suas condições e meios de trabalho.

No entanto, como afirma Postone (2014), para o marxismo tradicional a crítica da EP é uma crítica do capitalismo a partir do ponto de vista e da defesa do trabalho enquanto tal e não uma crítica do caráter específico do trabalho no capitalismo, enquanto que a teoria crítica de Marx não é uma crítica do capitalismo a partir da defesa do trabalho e sim uma crítica da forma histórica específica do trabalho no capitalismo. Quando terminou *O Capital*, Marx escreve a Engels, dizendo que o melhor de seu livro eram duas coisas: o duplo caráter do

trabalho, o trabalho concreto, que produz valor de uso, e o trabalho abstrato, que produz valor de troca, e o tratamento do mais-valor, em si mesmo, ou seja, independentemente de suas formas particulares, como lucro, juro, rendas, etc. Ao falar da importância do duplo caráter do trabalho, Marx acrescenta que o entendimento total dos fatos depende da compreensão desse duplo caráter do trabalho. Marx chega a esta importante conclusão ao fazer a crítica do fetiche da mercadoria e, através dela, vai desvendando a gênese das demais categorias econômicas. Neste esforço crítico foi essencial a descoberta da mercadoria especial força de trabalho, a única que pode criar um valor maior do que seu próprio valor, o mais-valor. O objeto da troca entre capitalista e trabalhador não é o trabalho, mas a força de trabalho. Marx desvenda, assim, o enigma de uma troca desigual de valores não equivalentes oculta numa troca de equivalentes, cuja diferença é o mais-valor, trabalho não pago, que alimenta a valorização do capital. O conceito de mais-valor permite a Marx diferenciá-lo de suas formas particulares, lucro, juro, renda da terra.

A crítica da EP em *O Capital* introduz dois novos conceitos, o de totalidade e o de sujeito histórico, a exemplo do que fizera Hegel (2016) em sua *Ciência da Lógica*, livro que Marx relê ao escrever sua obra maior. Hegel constrói seu sistema filosófico como totalidade, a partir de uma categoria, o *Geist*, espírito absoluto. Procedimento semelhante faz Marx, quando constrói o sistema teórico do capital a partir da análise da mercadoria e dela deduz as demais categorias, que explicam a natureza, a estrutura e a dinâmica da totalidade capitalista. Nesta totalidade capitalista, Marx evidencia o domínio do capital, sua lógica de funcionamento e de dominação sistêmica. A exploração do trabalho pelo capital e a dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora se inserem nesta forma de dominação abstrata exercida pela estrutura e pela lógica sistêmica do processo impessoal de valorização do capital sobre a totalidade da sociedade, capitalistas e trabalhadores, embora não negue que a exploração do capitalista sobre o trabalhador seja um mecanismo na engrenagem desta dominação abstrata. Nesta ótica de Marx, a sociedade capitalista e suas classes sociais são dominadas por um processo abstrato, que está para além do controle dos homens que dele participam, o processo do capital, valor que se auto-valoriza como verdadeiro sujeito histórico da sociedade capitalista. A dominação fundamental do capitalismo não é o domínio direto e imediato de pessoas sobre pessoas ou uma de classe sobre outra classe, mas a dominação estrutural abstrata da própria lógica da produção de

valor e de valorização do capital sobre a produção de valores de uso e especialmente sobre o trabalho que os produz. No capitalismo, os homens estão mais livres de relações de dominação pessoal e mais dependentes de uma dominação estrutural abstrata, que se impõe como uma lógica histórica determinada pelo trabalho abstrato, uma norma geral e abstrata à qual o trabalho e a produção tem de se conformar. Tudo passa a ser dominado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, o tempo do trabalho abstrato. A própria exploração e dominação de classe se insere nesta lógica ditada pelas necessidades de valorização do capital.

É o duplo caráter do trabalho que cria a contradição básica do capitalismo, contradição entre a riqueza material e o valor, forma específica de riqueza no capitalismo e não entre produção e consumo ou entre relações sociais e forças produtivas. O sistema do capital estabelece esta forma histórica específica de interdependência e dominação social, de caráter impessoal, mais fundamental e abrangente que a própria dominação de classe, pois se impõe como imperativo e coerção estrutural. A crítica de Marx inclui a exploração, a desigualdade social e a dominação de classe, mas vai além, buscando explicar a natureza constitutiva dessas relações e a centralidade da forma abstrata de dominação social. O mecanismo de dominação abstrata não nega a dominação e a exploração de uma classe sobre outra, nem o papel da propriedade privada dos meios de produção, mas não se restringe a esses aspectos, é mais amplo e mais profundo do que eles. As relações sociais básicas do capitalismo são constituídas pela forma específica do trabalho e não podem ser entendidas apenas como relações de propriedade e relações de classe. São as leis da produção de mercadorias regidas pelo capital que exercem a coerção social, que não é uma função da propriedade privada, nem da apropriação do excedente pela classe capitalista, ao contrário, ela se baseia na forma valor da riqueza, uma forma hostil e dominante sobre o trabalho vivo. A propriedade privada não é a causa, mas a consequência do trabalho alienado, o que implica que a superação do capitalismo não possa resumir-se na abolição da propriedade privada e na superação das classes sociais. Marx não apenas transforma a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo em teoria do mais-valor e da exploração, mas os critica por terem atribuído ao trabalho em geral a fonte do valor, sem terem examinado o tipo de trabalho que cria valor de troca e produz mercadorias. Eles consideram o trabalho assalariado como a forma natural e eterna do trabalho. Para Marx, a EP não entendeu que, se a mercadoria tem valor de uso e

valor de troca, o trabalho que a produz também tem que ter esse duplo caráter de ao mesmo tempo produzir valor de uso e valor de troca. A EP não entendeu que a forma valor do produto do trabalho é específica do modo capitalista de produção, um tipo particular e histórico de produção social, não natural e eterno, como também não é natural, nem eterna a forma valor, a forma mercadoria, a forma dinheiro e a forma capital. Marx faz uma crítica imanente da teoria do valor trabalho, mostrando a existência do trabalho não pago, origem do lucro, que não está relacionado a qualquer aspecto produtivo inerente ao capital, mas que decorre do trabalho não pago, valor excedente ou mais-valor e que o trabalho é o único fator produtivo.

O núcleo central do capitalismo é constituído por este duplo caráter do trabalho e não pela propriedade privada, o mercado e as relações de classes, pois elas se inserem na dominação estrutural objetivada das relações sociais constituídas pelo trabalho abstrato. A crítica da teoria do valor trabalho, a crítica do mais-valor e da exploração, a crítica da propriedade privada, do domínio de classe e do mercado se inserem numa crítica mais radical do capitalismo, em cuja constituição o trabalho tem uma importância fundamental, pois é a base das estruturas abstratas de dominação. Em consequência, capitalismo e socialismo não se diferenciam só pela forma como se produz e se distribui a riqueza social, mas sobretudo pela natureza dessa riqueza, que é valor, riqueza abstrata, forma dominante da riqueza no capitalismo. A classe trabalhadora é integrante do capitalismo e não o princípio de sua negação. A superação do capitalismo deve significar também a superação da classe proletária e não sua realização como sujeito histórico e classe universal. Estatizar os meios de produção pode não significar a superação do capitalismo, se não abolir o capital, relação social de dominação dos meios de produção sobre o próprio trabalhador.

Esta crítica de Marx à EP é fundamental para a compreensão do debate feito por Postone entre os dois tipos de marxismo, como se verá a seguir.

3. Os marxismos depois de Marx

A caracterização do pensamento de Marx como “marxismo” ocorreu mesmo antes da sua morte do próprio Marx. A propósito, cabe lembrar que ele negava ser um “marxista”. Após a morte de Marx, o seu legado teórico foi disputado por um conjunto heterogêneo de discípulos e seguidores, ou correntes de pensamento, cada qual se proclamando como

legítimo intérprete do verdadeiro pensamento de Marx. A título de exemplo pode-se citar a corrente revisionista liderada por Bernstein, a corrente mais ortodoxa liderada por Kautsky, o marxismo-leninismo tornado doutrina oficial dos Partidos Comunistas, o marxismo ocidental, dentre outros. Não se trata aqui de fazer um resumo histórico de cada uma dessas correntes, pois a divisão entre “marxismo tradicional” e “marxismo crítico” feita por Postone parece ser uma excelente forma de apresentar e caracterizar os diversos marxismos depois de Marx. A caracterização dessas duas correntes evidenciam não apenas as respectivas visões sobre o capitalismo, mas também sobre os caminhos que podem levar a sistemas pós-capitalistas.

3.1. Marxismo tradicional

Postone utiliza a expressão “marxismo tradicional” com o intuito de realçar as diferenças desta visão de capitalismo em relação ao que denomina “marxismo crítico”. É também este o nosso objetivo aqui. Assim, o “marxismo tradicional” expressa a visão do capitalismo estruturado sobre a propriedade privada dos meios de produção por parte da classe capitalista, que atua como classe dominante sobre a classe trabalhadora para apropriar-se do mais-valor produzido pelo trabalho.

O marxismo tradicional analisa a sociedade capitalista do ponto de vista do trabalho em geral e não da especificidade do trabalho no capitalismo. Nesta perspectiva tradicional, a dominação social será superada quando forem suprimidas as relações sociais capitalistas fundadas na propriedade privada dos meios de produção e, por consequência, se no sistema capitalista os proprietários dos meios de produção constituem a classe dominante, no socialismo, uma sociedade sem classes, a classe trabalhadora será a classe universal. Para o marxismo tradicional, a crítica da Economia Política é uma crítica do capitalismo a partir do ponto de vista e da defesa do trabalho enquanto tal e não uma crítica do caráter específico do trabalho no capitalismo, pois a teoria crítica de Marx não é uma crítica do capitalismo a partir da defesa do trabalho e sim uma crítica da forma histórica específica do trabalho no capitalismo. Assim, enquanto o marxismo tradicional faz uma espécie de análise “positiva” do trabalho no capitalismo, na perspectiva do trabalho em geral, cujo objetivo seria a própria emancipação do trabalho humano, para Postone Marx faz uma crítica “negativa” do trabalho no capitalismo, considerando-o como historicamente específico. Marx não pretende libertar o

trabalho de sua situação subordinada ao capital, mas sim fazer o trabalhador libertar-se do próprio trabalho proletário.

Para o pensamento marxista tradicional, o capital é constituído sobretudo pelos meios físicos de produção, que constituem a propriedade privada da classe capitalista, e não como a relação social básica da sociedade capitalista. Como consequência, a dominação social se define como a dominação de classe e o socialismo seria a sociedade caracterizada pela propriedade coletiva ou estatal, pelo planejamento centralizado, com o fim da dominação e exploração de classe, a realização do trabalho e da classe trabalhadora como sujeito histórico e classe universal. A questão fundamental é que o marxismo tradicional se baseia em uma compreensão trans-histórica do trabalho, como uma atividade que faz a mediação entre os seres humanos e natureza, a qual é postulada como a fonte de riqueza em todas as sociedades. Para a visão tradicional, todavia, o trabalho não poderia realizar-se plenamente no capitalismo e, por conseguinte, a emancipação completa do trabalho só poderia realizar-se numa sociedade socialista. O que está pressuposto nesta visão é que o socialismo significaria a “autorrealização” do proletariado como classe universal. O trabalho, nesse caso, fornece o *ponto de vista* da crítica ao capitalismo. Pode-se dizer que o marxismo tradicional centra sua análise do sistema capitalista sobretudo na questão da distribuição dos frutos do trabalho, na exploração e não nas condições da produção centrada no trabalho abstrato. Ou seja, o marxismo tradicional está preocupado com as questões da propriedade dos meios de produção, com a dominação da classe capitalista, com exploração do trabalho e a distribuição desigual de seus frutos. Ele traduz uma certa antropologia do trabalho, onde o homem, enquanto proletário, teria seu pleno desenvolvimento bloqueado pelo capitalismo, cuja realização plena só o socialismo poderia assegurar, através da propriedade pública e da emancipação do trabalhador. Enquanto o marxismo tradicional faz uma crítica “externa” da Economia Política, centrada no mercado, na propriedade privada dos meios de produção, na dominação de classe e na exploração do trabalho pelo capital, para Postone a verdadeira crítica de Marx ao capitalismo tem um caráter intrínseco ao objeto de análise, a qual está centrada no duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato. Mais precisamente é a categoria do trabalho abstrato, o tempo de trabalho socialmente necessário que se constitui como fundamento do valor e norma de dominação social.

No entendimento marxista tradicional, a extinção da propriedade privada e a planificação da economia seriam já condições suficientes para a eliminação de relações de dominação tipicamente capitalistas. O que o marxismo tradicional não faz é distinguir claramente o produto do trabalho como riqueza material e como valor, em quaisquer de suas formas, mercadoria, dinheiro e capital. Na análise de Marx, a dominação social no capitalismo não consiste, em um nível mais fundamental, na dominação de pessoas por outras pessoas, nem de uma classe sobre outra, mas na dominação de pessoas e de classes por uma estrutura social abstrata de dominação, mais ampla e mais profunda que a própria dominação de classe.

Em síntese, para o marxismo tradicional de Postone, o capitalismo é sobretudo um sistema definido pelos seguintes termos: propriedade privada dos meios de produção pertencente à classe capitalista, que por isso mesmo se torna a classe dominante enquanto a classe trabalhadora ocupa a posição de classe dominada e explorada. A luta de classes se converte então no motor da história, da qual a classe trabalhadora se torna a protagonista e a classe universal numa sociedade sem classes. O marxismo tradicional concentra sua crítica sobretudo na questão distributiva e não no sistema industrial de produção. Uma sociedade socialista, portanto, começaria pela supressão da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção e o fim da exploração do trabalho pela classe capitalista dominante

3.2. O marxismo crítico de Postone

A teoria de Marx se define fundamentalmente como uma teoria crítica do capitalismo pois, como afirma Lowy (1997), “o marxismo não tem sentido se não é crítico”. O marxismo crítico de Postone tenta repensar a própria natureza do capitalismo, a partir de um novo enfoque sobre a questão do trabalho. Para ele, a teoria crítica de Marx não visa repensar o trabalho em geral, mas a forma histórica específica do trabalho no capitalismo, pois é a partir da especificidade do trabalho no capitalismo que se definem as relações sociais reais da sociedade capitalista, que são constituídas pelo trabalho e não apenas pelas relações de propriedade ou pelas relações de classe.

Evidentemente que, para Marx, a questão da propriedade privada, do mercado, da exploração e da dominação de classe são questões relevantes e essenciais de sua crítica ao capitalismo, mas esta crítica vai além dessas questões ao buscar explicar a natureza

constitutiva dessas relações e a centralidade da dominação estrutural abstrata que é intrínseca a elas. O foco da crítica de Marx ao capitalismo não visa promover a realização plena do homem pelo trabalho, mas a abolição do trabalho abstrato, do valor e do capital e, com isso, o fim da dominação social estrutural e não apenas da propriedade privada e das classes sociais. Por esse critério a diferença básica entre capitalismo e socialismo não é só o modo diferente de propriedade do meios de produção, o processo de produção e de distribuição, mas principalmente a natureza da produção capitalista, riqueza material, valores de uso destinados à satisfação das necessidades humanas ou a riqueza abstrata, valor, na sua forma mercadoria ou na sua forma monetária, financeira e fictícia. É o caráter específico do trabalho no capitalismo, no seu duplo aspecto de trabalho concreto e de trabalho abstrato, que define a natureza de suas relações sociais básicas, a forma específica de dominação, uma dominação abstrata e impessoal, não a dominação de pessoas sobre pessoas, mas das estruturas sociais objetivadas sobre as pessoas.

São as leis da produção de mercadorias, regidas pelo capital, que realizam a mediação social e exercem de forma compulsiva a coerção, bem como determinam o objetivo da produção e sua forma material. Ora, todos esses aspectos não são função da propriedade privada, nem da exploração ou dominação de classe, mas se baseiam na forma valor da riqueza, uma forma contrária, hostil e dominante sobre o trabalho vivo. Assim, a dominação social básica é estrutural e não uma dominação de classe, pois o trabalho é a categoria que estrutura a dominação no sistema capitalista, onde predomina uma interdependência social de caráter impessoal, objetiva e historicamente específica. Nas próprias palavras de Postone (2014, p. 18): “o resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais, que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta”.

Se, no capitalismo, a fonte e a medida da riqueza, em termos de valor, é o tempo de trabalho abstrato, no socialismo ele já não poderá mais ser nem a fonte nem a medida da riqueza. A teoria crítica de Marx vai muito além da crítica tradicional do mercado, da propriedade privada, da dominação de classe e da exploração. Marx não se limita a fazer apenas uma crítica da exploração e da distribuição desigual da riqueza e do poder. Ao contrário, ele concentra sua crítica do sistema capitalista como um todo a partir de suas estruturas abstratas de dominação, onde a mediação é socialmente constituída por uma forma

de trabalho historicamente única. A propósito, como lembram Duayer e Araújo (2019) nos *Grundrisse*, Marx caracteriza o capitalismo como uma sociedade em que os indivíduos estão muito mais livres de relações de dominação pessoal do que nas formas de sociedade anteriores. No entanto, essa liberdade existe na estrutura de um sistema de “dependência objetiva”, radicado em uma forma de mediação social que impõe coerções aparentemente objetivas sobre a ação humana.

Em uma sociedade em que a mercadoria é a categoria estruturante básica de todo o sistema, o trabalho e seus produtos não são distribuídos socialmente de acordo com normas tradicionais ou por relações explícitas de poder e dominação, como ocorreu em outras sociedades. No capitalismo, é o próprio trabalho que substitui tais relações e realiza a mediação social entre os indivíduos. Assim, o trabalho constitui uma nova forma de interdependência, na qual as pessoas não consomem o que produzem, mas seu próprio trabalho ou produtos deste trabalho funcionam como um meio aparentemente objetivo de obter o produto de outros. Como salienta Postone (2014, p. 47), “uma marca central do capitalismo é que as pessoas não controlam sua própria atividade produtiva”, nem os produtos de seu trabalho e são por eles dominados. O trabalho específico no capitalismo não é o trabalho natural, mas um tipo específico de trabalho, que Marx chama de trabalho alienado. Note-se que para Marx a propriedade privada não é a causa da alienação do trabalho, mas a consequência do trabalho alienado e, portanto a abolição da alienação não decorre simplesmente da abolição da propriedade privada dos meios de produção, mas só pode se efetivar com a abolição do próprio trabalho alienado. O que deve ser superado é o capital, que não deve ser entendido como os meios materiais de produção, mas sobretudo como uma relação social historicamente determinada. A simples coletivização dos meios de produção não significa necessariamente a superação do sistema regido pelo capital.

Efetivamente, o trabalho não é o princípio constitutivo de todas as sociedades, mas apenas o traço distintivo do capitalismo, pelo fato de suas relações sociais básicas serem constituídas pelo trabalho e, portanto, serem de uma espécie fundamentalmente diferentes das que constituem as sociedades não capitalistas. Embora inclua uma crítica da exploração, da desigualdade social e da dominação de classe, sua análise crítica do capitalismo vai além: ela busca elucidar o tecido mesmo das relações sociais na sociedade moderna e a forma abstrata de dominação social intrínseca a elas. Esta perspectiva da teoria crítica de Marx desloca o

foco da crítica do capitalismo da esfera da propriedade privada e das relações de dominação de classe para a esfera da dominação pelo trabalho típico do capitalismo, que é o trabalho abstrato. Postone (2014, p. 22) lembra, ainda, que para a visão tradicional do marxismo, o socialismo é entendido como a propriedade coletiva dos meios de produção, o planejamento centralizado, a emancipação do trabalho e a realização do proletariado como classe social universal. Para Marx, no entanto, superar o capitalismo significa fundamentalmente abolir o valor como forma social de riqueza, pois o valor não é apenas uma forma de distribuição do produto do trabalho, mas uma categoria historicamente determinada de um modo de produção específico, o que implica que o trabalho que constitui o valor é um trabalho historicamente específico e não o trabalho natural.

Em resumo, pode-se caracterizar o marxismo crítico de Postone, ressaltando que: o elemento definidor do sistema capitalista é o duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato; que no seu único processo e no mesmo produto-mercadoria produzem riqueza material, bens úteis para atender as necessidades humanas e valor, riqueza abstrata, que pode assumir a forma monetária, financeira e mesmo fictícia, ou seja, a teoria crítica de Marx não nega a importância da propriedade dos meios de produção, nem sua dominação sobre a classe trabalhadora, nem a exploração do trabalho pelo capital apropriando-se do mais-valor, nem tão pouco a luta de classes como importante instrumento de mudança social. O que ela propõe é que a importância e o papel de todas essas variáveis só podem ser avaliados no contexto da dominação estrutural do trabalho abstrato, como se tentou fazer ao longo deste trabalho.

4. Conclusão

A formação do pensamento e a trajetória intelectual de Marx estão associados ao percurso geográfico que fez entre Berlim, Paris e Londres, onde teve acesso às três fontes básicas de seu pensamento crítico, a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa. Suas obras são sempre obras críticas, resultado construído a partir do método dialético aplicado sobre questões que foram se apresentando ao longo de sua trajetória. A forma de Marx apreender a realidade objetiva e expressar seu conhecimento é sempre uma forma crítica, que passa pela negação, conservação e superação do objeto. A trajetória intelectual e a formação do pensamento crítico de Marx devem muito, em primeiro

lugar, ao ambiente intelectual e político reinante em sua família e na de Jenny, como também ao clima político de sua cidade natal, muito influenciada pelas ideias e ideais da Revolução Francesa, que marcaram fortemente o início de sua formação. O pensamento de Marx é sempre um pensamento crítico porque formado a partir da apreensão dialética das ideias e da realidade objetiva. É também o seu método dialético que confere unidade e continuidade nas rupturas da evolução de seu pensamento. Não faz sentido separar o pensamento do jovem Marx do seu pensamento maduro se não dialeticamente. O objeto é interno ao método e com ele constitui uma unidade como forma e conteúdo. É este legado hegeliano crítico que permite a Marx pensar e construir seu objeto como uma totalidade social e histórica movida pelas suas próprias contradições internas.

Um confronto entre o que Postone denomina de “marxismo tradicional” e “marxismo crítico” permite uma melhor compreensão do que se passou com o pensamento crítico de Marx após sua morte. Por “marxismo tradicional” Postone entende a visão de capitalismo centrada na propriedade privada dos meios de produção, por parte da classe capitalista, que se impõe como classe dominante sobre a classe trabalhadora e se apropria da maior parte do produto do trabalho, na forma de mais-valor. Nesta perspectiva, a principal forma de dominação é uma dominação de classe e não a dominação estrutural. Por isso, o objetivo seria não a eliminação do trabalho abstrato, mas a emancipação da classe trabalhadora, protagonista das transformações sociais e candidata a se transformar em classe universal numa futura sociedade sem classes. Já o “marxismo crítico” concebe a dominação como dominação sistêmica, exercida pelas exigências do tempo de trabalho socialmente necessário, ou tempo de trabalho abstrato. A questão da propriedade privada e da dominação de classe são compreendidas no contexto da dominação do trabalho abstrato. O objetivo crítico não seria apenas alterar a forma de distribuição dos frutos do trabalho, nem apenas a emancipação do trabalho proletário, mas sua abolição.

A partir desta perspectiva, é possível demarcar alguns contornos de uma futura sociedade pós-capitalista, um tipo de utopia negativa, pois uma sociedade pós-capitalista, antes de tudo, teria que negar a essência do capitalismo, o trabalho abstrato, fonte do valor e da valorização do capital. É o duplo caráter do trabalho, concreto e abstrato, que produz riqueza material e valor, a essência do capital, valor que se valoriza, sujeito histórico, estrutura abstrata de dominação, o trabalho alienado e a dominação pelo seu próprio produto,

que envolve a propriedade privada dos meios de produção, a exploração e a dominação de classes.

Assim, pode-se dizer que a crítica de Marx demarca os contornos de uma futura sociedade pós-capitalista, mais no sentido negativo do que afirmativo, pois qualquer descrição detalhada da mesma não passaria de mera idealização. Mais precisamente, para Marx, uma sociedade pós-capitalista não representa a volta ao passado, nem é a reprodução de uma sociedade primitiva de “pequenas comunidades comunistas”, auto-suficientes, não mediada por relações de troca no mercado. Para Marx, o socialismo não se espelha em qualquer sociedade do passado, mas mira a sociedade do futuro, oriunda do máximo desenvolvimento das forças produtivas e das contradições do capitalismo, que cria as condições de sua própria superação. Superar o capitalismo não implica perder o imenso potencial de produtividade que a divisão do trabalho e o desenvolvimento tecnológico criaram. Marx reconheceu que o capitalismo revolucionou as forças produtivas e que a técnica e as máquinas, por si mesmas, não escravizam o homem, mas ao contrário, podem libertá-lo da necessidade de produzir os meios de sobrevivência, criando mais tempo livre para os trabalhadores, dependendo da finalidade da produção do sistema onde se inserem.

O que impede de pensar na utopia de uma sociedade pós-capitalista tecnologicamente avançada e altamente desenvolvida, que poupe trabalho para criar mais tempo livre? De acordo com o debate estabelecido por Postone (2014), uma sociedade pós-capitalista, na sua essência, não se define pela propriedade estatal/coletiva e a substituição do mercado pelo planejamento centralizado, como sugere um certo marxismo convencional. Para Marx, a superação do capitalismo significa a superação do valor e do capital, portanto o fim do trabalho abstrato, o que implica reverter a finalidade da produção, trocando a produção de valor e riqueza abstrata pela produção de meios de subsistência para a sociedade. Uma sociedade pós-capitalista não seria a realização máxima das potencialidades do capital, mas a sua extinção, nem a realização da classe trabalhadora como classe universal, mas sua superação como classe proletária.

Bibliografia

DUAYER, M. e ARAUJO, P. H. **Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone.** In: XXIII Encontro Nacional de Economia Política, Vitória, 2019.
ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** Global, 1980.

- FLECK, A. O. **A crítica da economia política em O Capital de Karl Marx**. (Dissertação) Florianópolis, UFSC, PPGF, 2011.
- FREDERICO, C. **O Jovem Marx: as origens da ontologia do ser social**. SP, Cortez, 1995.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito** - Parte I. Petrópolis, Vozes, 1992.
- HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica**. Petrópolis, Vozes, 2016.
- KONDER, L. **Marx: vida e obras**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- LOWY, Michael. **“Pour un marxisme critique” in: Marx après les marxismes, Paris, Ed. L’Harmattan, 1997.**
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**, São Paulo, Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo, Jorge Zahar, 1990.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Lisboa, Martins Fontes, 1980.
- MARX, K. **Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro**. São Paulo, Global, 1979.
- MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Boitempo, São Paulo, 2013.
- MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, São Paulo, Boitempo, 1998.
- MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. SP, Hucitec, 1986.
- MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Editora Flama, São Paulo, 1946.
- MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Vol I Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- MÜLLER, L.A.P. **Economia política e espírito hegeliano: a influência de Stuart e Smith na formação da filosofia de Hegel**. (Dissertação, mimeo) São Paulo, USP, PPGF, 2011.
- NAPOLEONI, C. **Lições Sobre o Capítulo Sexto inédito de Marx**. São Paulo, 1981.
- NICOLAU, M. F. A. **A ciência da lógica no sistema hegeliano. Kínesis, Vol. II, n° 03, Abril-2010.**
- PERTILLE, J. P. **Superar, aniquilar e conservar – A filosofia da história de Hegel. IHU online. Edição 430, Outubro, 2013.**
- POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social. Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo, Boitempo, 2014.
- PROUDHON, P.J. **O que é a propriedade**. Porto Alegre, LPM, 2000.
- SCHÄFER, M. E. **Hegel e a Economia política**. (Anais da Semana Acadêmica do PPG em Filosofia),PUCRS, VII Edição, 2011.

Resumo

O texto aborda a questão das fontes e da formação do pensamento de Marx, como uma teoria crítica do capitalismo, e retoma o debate de Postone entre “marxismo tradicional” e “marxismo crítico”. Destaca-se a análise da formação do pensamento de Marx, que se deu através da reelaboração crítica de suas fontes, especialmente a crítica da economia política, processo em que vai elaborando seu próprio método de investigação. Muitos marxismos surgiram depois de Marx. Qual deles representa o verdadeiro pensamento de Marx? É interessante notar que Marx teria manifestado não se considerar um marxista. Aqui só tratamos de dois, que avaliamos serem os mais abrangentes. O marxismo tradicional define o capitalismo pela propriedade privada dos meios de produção, a dominação de classe, a exploração do excedente e a luta de classes como o motor da história. Como decorrência, um sistema pós-capitalista se definiria pela propriedade coletiva dos meios de produção, a substituição do mercado pelo planejamento, o fim da dominação de classe e da exploração do trabalho e emancipação da classe trabalhadora como sujeito histórico e classe universal. Em contraposição, para o marxismo crítico, a principal forma de dominação não é a de classe, mas a dominação estrutural sistêmica, exercida pelo tempo do trabalho abstrato, origem, substância e medida do valor, e também objetivo e principal forma de riqueza da produção capitalista. É neste contexto que devem ser entendidas a questão da propriedade, a dominação e a luta de classes, a exploração e a emancipação do trabalho. Em consequência, uma sociedade pós-capitalista deve abolir a dominação e a coerção sistêmica do trabalho abstrato, o capital e a produção de valor como principal forma da riqueza capitalista.

Palavras-chave: Marx, marxismo, Postone.